

“SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE PIOROU BASTANTE”



O Presidente do PSD considera evidente “que desde 2015, o SNS piorou bastante”. Rui Rio, que visitou, dia 25, o Hospital do Espírito Santo em Évora, sublinha que é “possível fazer muito melhor” num setor que, a par dos rendimentos, constitui a principal preocupação dos portugueses



pág. 7

PSD

PLANO NACIONAL DE ENERGIA É “IRREALISTA”

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD, considera o Plano Nacional Energia e Clima 2030, apresentado pelo Governo, de “difícil concretização”



pág. 8

PSD

É FAVOR NÃO ESTRAGAR O ALOJAMENTO LOCAL

António Costa Silva, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD, assina esta semana um artigo de opinião sobre o enquadramento legal do alojamento Local



pág. 12

REGIONAIS

PSD QUER RADARES METEOROLÓGICOS EM SÃO MIGUEL E NA TERCEIRA

Berta Cabral pede a instalação de radares meteorológicos nas ilhas de São Miguel e da Terceira, considerando que, sem estes, “está em causa a segurança das populações”



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

O PÂNTANO DA CAIXA

A Caixa Geral de Depósitos, banco estatal, foi durante 15 anos gerida como uma sucursal privada de pessoas influentes. Entre 2000 e 2015, várias administrações aprovaram créditos que se revelaram desastrosos para o banco. Quem foram os responsáveis pelos créditos concedidos a construtoras, fundações e particulares sem que fossem ponderados o risco e as garantias reais para cumprimento das operações?

Estranhamente, ou talvez não, foi pela voz de uma comentadora e através da televisão que ficamos a conhecer o tão bem-guardado relatório da auditora que a tutela havia encomendado em dezembro de 2017. E durante todo este tempo, o Governo preferiu ocultar a verdade, num ato de cobardia ou de reiterada orientação para esconder o volume das imparidades e a lista dos devedores. Em democracia, é também estranho que a opinião pública e os deputados acabem por ser os últimos a ter acesso a informação tão relevante, o que demonstra o estado em que se encontra o índice de transparência da nossa democracia e como é tratado o interesse nacional, relativamente a um banco de capitais exclusivamente públicos.

A Caixa, como aconteceu com outras instituições financeiras, esteve envolta numa rede de interesses e, ainda que alguns dos crimes hajam prescrito, é preciso que se apurem as responsabilidades políticas e se conheçam os autores materiais de tais demandas. A "nata" que geriu a Caixa não pode continuar mais a representar o Estado português seja em que área for. A sua credibilidade faliu. O Banco de Portugal, o regulador, também não fica propriamente bem na fotografia, porque permitiu que se chegasse a este estado de coisas. São 1.200 milhões de euros de imparidades, dinheiros dados como irrecuperáveis. Numa altura em que se fala de escassez de verbas para necessidade básicas, como por exemplo a saúde e a educação, é preocupante encontrarmos maus exemplos de dissipação dos recursos públicos.

A Caixa é o único instrumento financeiro que o Estado detém para manter alguma capacidade de apoio aos pequenos e médios empresários ou jovens empreendedores que pretendam arriscar e lançar um negócio por conta própria. Era suposto a Caixa ser diferente do pântano que envolveu o BPN, BPP, BANIF e BES. Hoje sabemos parece que não foi diferente e só a recente e penosa recapitalização salvou o banco público do destino de outros bancos. A verdade tem um tempo estranho, mas acaba por vir à tona.

É ainda mais grave que a má gestão da Caixa esteja diretamente relacionada com algumas investigações judiciais, nomeadamente a operação Marquês. A Caixa foi não só instrumento para a realização de negócios danosos como foi o banco onde se terá iniciado o branqueamento de capitais pessoais acumulados de forma ilícita.

A Caixa não pode ser mais uma instituição a contribuir para o que resta do bom nome do Estado e para a delapidação dos recursos financeiros nacionais. Os contribuintes, os depositantes, os colaboradores e os gestores sérios da CGD exigem que se ponha fim a estas diatribes sobre o banco público. Os cidadãos estão cansados de verem a Caixa funcionar como placa giratória de interesses duvidosos, administrada por gestores indigentes, que saem sempre impunes por força de leis injustas ou da morosidade da justiça. Como se chegou até aqui, já sabemos. Deixar tudo na mesma, também sabemos. Acaba sempre por pesar nos bolsos dos contribuintes.

Rui Rio em visita ao Hospital Espírito Santo

"SERVIÇO NA PIOROU BAS"



O Presidente do PSD considera evidente "que desde 2015, o SNS piorou bastante". Rui Rio, que visitou, na sexta-feira, 25 de janeiro DE 2019, o Hospital do Espírito Santo em Évora, sublinha que é "possível fazer muito melhor" num setor que, a par dos rendimentos, constitui, segundo Rui Rio, a principal preocupação dos portugueses.

No quadro parlamentar, o Presidente social-democrata entende que "todos os projetos de leis de saúde possam baixar à especialidade" para ser encontrado um consenso alargado "entre todos os partidos".

Na visita, Rui Rio referiu-se à promessa adiada pelo Governo da construção de um novo hospital na região, promessa que este ano já voltou a ser acenada. "Estamos em ano eleitoral e, há cerca de 15 dias, o primeiro-ministro anunciou um eventual apoio de 40 milhões de euros de fundos comunitários para uma obra que chega cento e muitos milhões de euros", apontou. Rui Rio lembra que a verba para construção da nova unidade não está sequer inscrita no Orçamento do Estado.

nto em Évora

NACIONAL DE SAÚDE TANTE”



Atuação das forças de segurança é adequada

Rui Rio afirma que “muitas vezes a polícia tem de usar a força”, porque isso é do “interesse público”. “Eu, à partida, estou do lado das forças de ordem e da Polícia de Segurança Pública, à exceção dos momentos em que se comprova que ultrapassaram os limites. (...) Não embarco naquela crítica fácil e politicamente correta que, sempre que Polícia tem de usar a força, é responsabilizada por qualquer coisa, porque muitas tem de usar a força naquilo que é a defesa do interesse público e da segurança”, insistiu.

O Presidente do PSD censura o discurso “politicamente correto” dos partidos da esquerda. “Sempre que há um problema qualquer com as forças de segurança há uma tentativa, em particular da esquerda, de ser correto e de criticar as forças de segurança”, disse.

Sobre a nacionalização dos CTT, Rui Rio “não vê razão para alterar nada”. “A gestão dos CTT é da responsabilidade privada e assim deve continuar”, expressou.



Rui Rio com os militantes em Évora

PSD DEFENDE “ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS” NA VENEZUELA

Rui Rio defende que Portugal “deve bater-se” pela “realização de eleições democráticas” na Venezuela, desde logo porque “o tempo do Maduro passou” e é preciso “passar a outro tempo”. “Aquilo que eu entendo é que, primeiro, Portugal deve alinhar com aquilo que for a posição da União Europeia (UE)” em relação à atual crise política na Venezuela, afirmou.

O Presidente do PSD, que participava numa sessão com militantes de Évora, no dia 24 de janeiro, entende que o Governo deve “acompanhar sempre a posição da UE” e acompanhar os interesses dos portugueses que residem naquele país.

Rui Rio insiste, ainda, que “a Venezuela tem, neste momento, uma oportunidade de poder caminhar para um regime democrático e para um desenvolvimento económico”, contrariando aquele que “tem sido absolutamente desastroso”. “Aquele povo tem sofrido muito e acho que compete à comunidade internacional dar uma ajuda ao povo porque, caso contrário, não vejo

como é que se consiga resolver a contento o problema. E a contento é em defesa do povo da Venezuela”, sublinhou.

Questionado sobre se será prematuro reconhecer Juan Gaidó como presidente da Venezuela, Rui Rio clarificou: “É aquilo que eu entendo que Portugal se deve bater para que a União Europeia faça”.

Contribuintes têm o direito de saber em que condições foram concedidos créditos na CGD

Sobre a Caixa Geral de Depósitos, o líder do PSD salienta que “o problema essencial não é exatamente saber quem são os devedores”, mas sim “em que condições foram dados os créditos que levaram a estas perdas brutais”.



Rui Rio diz que não faz sentido haver sigilo bancário nestes casos em que os contribuintes foram chamados a pagar. Nesse quadro, “os contribuintes têm o direito de saber em que condições esses créditos foram prestados” pela CGD, alegando que “a primeira responsabilidade não é quem levou o crédito, é quem concedeu o crédito”.

O líder do PSD reitera que o problema da Caixa é a fatura que pesa sobre os contribuintes, pelo que é preciso conhecer os motivos por que se fizeram determinadas operações. “No negócio bancário, há coisas que correm mal e mal estávamos que sempre que corresse mal os decisores tivesse responsabilidade. Agora, para aqueles montantes que nos conhecemos, não é possível que tudo aquilo tenha sido concedido segundo todas as regras e sem qualquer espécie de compadrio”, frisou.

Rui Rio acusa os partidos de esquerda, PS, PCP e Bloco de Esquerda, de terem acabado com a Comissão Parlamentar de Inquérito ao banco público para que não se soubesse quem são os devedores. “Tivemos uma Comissão de Inquérito no Parlamento que o PS, o PCP e o Bloco de Esquerda fecharam, acabaram com ela, para não poder prosseguir e se saber aquilo que, agora, lentamente, começamos a saber [que é] quem são os devedores”, afirmou.





RUI RIO CRITICA DESINVESTIMENTO NA AGRICULTURA

O Presidente do PSD entende que é preciso “dar mais atenção” à agricultura. Rui Rio, que recebeu na segunda-feira, no Porto, a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), critica os cortes que o Governo fez neste setor. “O investimento na agricultura tem um corte de 15% em termos correntes [no Quadro Comunitário de Apoio]. A preços reais, a quebra será de 25%. É uma quebra muito grande naquilo que são as verbas fundamentais para o futuro da agricultura”, apontou o líder do PSD.

Rui Rio defende o aumento de incentivos aos jovens empresários rurais. “Uma figura acarinhada pela AJAP é o jovem empresário rural, quer dizer, um jovem que se instala no mundo rural. (...) É uma figura interessante no combate à desertificação”, disse, acrescentando que Portugal deveria ter mais eurodeputados que dominassem os assuntos agrícolas.

Num comentário sobre o pagamento de propinas no Ensino Superior, Rui Rio assinala a contradição do ministro Manuel Heitor e reitera a posição coerente do PSD. “Aqui já não são dois ministros a discordarem um do outro. É o próprio ministro a discordar de si próprio num espaço de 30 dias. O PSD sempre disse que é a favor das propinas. Não podemos fazer a componente social através das propinas, mas através das bolsas de estudo aos estudantes que precisam”, explicou.

Rui Rio diz ainda que o descontentamento popular traduz o fracasso da governação. “Temos um Governo que, nestes últimos quatro anos, apostou no presente. Todas as folgas orçamentais foram para distribuir. Isto pressupunha que o descontentamento popular viria no futuro. Mas esse descontentamento popular traduz-se já no presente. (...) Esta onda enorme de greves, que perdura há meses, demonstra um falhanço claro o governo, que mesmo estando já a distribuir tudo o que têm, nem assim conseguem parar o descontentamento popular. É algo que os cientistas da política podem estudar”, destacou.

PSD admite nova comissão de inquérito

O Presidente do PSD revelou estar a “avaliar” a possibilidade de pedir uma comissão parlamentar de inquérito à Caixa Geral de Depósitos, notando que a esquerda cortou “abruptamente” a anterior “antes que doesse a alguém”. “Estamos a ver se faz sentido criar uma nova comissão parlamentar e o que esses três partidos [PS, PCP e BE] agora dizem. Ainda não está decidido. Estamos a avaliar isso com direção do grupo parlamentar do PSD”, afirmou.

O líder do PSD recorda que a “última comissão” à CGD “foi abruptamente cortada pelo PCP, BE e PS”, pelo que é um “discurso um bocado hipócrita pedirem [uma avaliação] do a quem doer”, quando, na verdade, “encerraram a comissão antes que doesse a alguém”.

Jornadas Mundiais da Juventude dão “visibilidade a Portugal”

Sobre o anúncio da realização das Jornadas Mundiais da Juventude em Portugal em 2022, Rui Rio saúda a escolha pela Santa Sé. “É obviamente um elemento muito positivo para Portugal. Dá uma visibilidade enorme para Portugal no mundo. Traz muita gente e o próprio Papa. Ainda bem que o conseguimos e, provavelmente, terá de ser um governo do PSD a lidar com isso em 2022, mas faremos o melhor possível”, expressou.





PSD ESTÁ A FAZER “UMA VOLTA PELO PAÍS” PARA AVALIAR O PLANO NACIONAL DE INVESTIMENTOS

Rui Rio afirmou que o PSD está a fazer “uma volta pelo país” para avaliar o Plano Nacional de Investimentos do Governo. No final de um encontro de quase duas horas com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), na terça-feira, em Lisboa, Rui Rio divulgou que o vice-Presidente do PSD, Castro Almeida, está atualmente a realizar “uma volta pelo país e a ouvir aquilo que são as necessidades do país ‘in loco’”. “Já comunicámos ao Governo que, para termos uma posição definitiva, tínhamos de ouvir o país, se o Governo quer antecipar para quinta-feira então é porque não estará interessado em fazer uma coisa séria e sustentável”, declarou.

Rui Rio voltou a criticar o rumo económico do Governo, assente no consumo interno, em vez de apostar nas exportações e no investimento. “Temos uma visão clara sobre o que tem sido a governação: perdemos três anos, vamos perder quatro até às eleições, em que havia um conjunto de reformas estruturais que era preciso fazer para dotar a economia portuguesa de competitividade e que não foram feitas”, referiu.

“Se quisermos ter melhores empregos, melhores salários, precisamos de ter essas reformas que o PS não fez, muito menos encostado a BE e PCP”, acrescentou, alertando que o ciclo alto da economia teria sido o indicado para fazer essas reformas.

Para o Presidente do PSD, “o abrandamento da economia é algo que é inevitável, porque a economia tem ciclos”, lamentando que a economia portuguesa não esteja tão preparada como seria desejável para “o ciclo baixo que é evidente que há de vir”.

O líder do PSD criticou ainda as declarações do ministro do Ambiente, que em entrevista afirmou ser “muito evidente que quem comprar um carro ‘diesel’ muito provavelmente daqui a quatro ou cinco anos não vai ter grande valor na sua troca”. “Acho que o setor quando critica o ministro tem razão, um governante não pode fazer uma profecia desta forma porque prejudica o setor, há aqui naturalmente uma falta de cuidado (...) Acho que não o devia ter feito”, apontou.

CGD: Nova comissão de inquérito se auditoria “tiver qualquer coisa diferente”

O Presidente do PSD considera que só se justificará um novo inquérito parlamentar à Caixa Geral de Depósitos se o documento “tiver qualquer coisa diferente”. Rui Rio entende que assim que o Parlamento obtiver o documento

da EY terá conseguido “aquilo que a anterior comissão de inquérito queria e não conseguiu”. E lembrou que “foram cinco mil milhões de euros que os portugueses pagaram para a Caixa Geral de Depósitos”, defendendo que as imparidades conhecidas demonstram que “houve decisões que lesaram o interesse público”.

Entretanto a Procuradoria-Geral da República já autorizou o envio da auditoria feita ao banco público para a Assembleia da República.





Salvador Malheiro

PLANO NACIONAL DE ENERGIA É “IRREALISTA”

Salvador Malheiro considera o Plano Nacional Energia e Clima 2030, apresentado pelo Governo, de “difícil concretização”, pois já deveria ter sido iniciado há anos. O vice-Presidente do PSD e porta-voz para o Ambiente, Energia e Natureza do Conselho Estratégico Nacional, acusa o Governo, uma vez mais, de prometer “aquilo que sabe à partida muito difícil de concretizar”.

Salvador Malheiro recorda que estão inscritos no plano um conjunto de metas e objetivos para a próxima década quando no passado recente nada foi iniciado. “Ou seja, este plano nacional para a energia e clima revela que os últimos três anos foram perdidos (...), que não há um fio condutor, uma estratégia, um plano no que diz respeito à descarbonização, à eletrificação, à eficiência energética. Estamos a anunciar aquilo que nem sequer se começou a fazer”, sublinhou.

A meta apresentada para a redução da dependência energética com o exterior é de 65% até 2030, mas o que se constata é que esta aumentou, denuncia o vice-Presidente. “Em 2014, a dependência era de 73,7% e em 2017 o indicador valia 78%. Nos últimos três anos vimos um aumento e agora o Governo vem anunciar que quer atingir o valor de 65% em 2030 numa tendência completamente contrária aos últimos anos”, esclareceu.

O porta-voz do CEN destaca, também, o “grande enfoque que o Governo dá à chamada eficiência energética e que é apresentada no plano com uma meta de 35% até 2030”, mas que não tem tradução com a realidade. “Isto não bate certo com o passado recente e o presente (...). Na semana passada, o Estado português foi instado pela Comissão Europeia para transpor corretamente para a legislação nacional uma diretiva comunitária que já tinha sido adotada pela União Europeia em 2012 (...), ou seja, não temos cumprido e agora estamos a anunciar uma meta arrojada para 2030”, assinalou.

No entendimento de Salvador Malheiro, os últimos Orçamentos do Estado não incluem medidas ou sinais que promovam a eficiência energética. “Por exemplo, temos a mesma fiscalidade para um equipamento eficiente que é igual para um equipamento muito consumidor de energia, a mesma fiscalidade para material com baixa intensidade carbónica e elevada intensidade carbónica”, explicou.

O vice-Presidente social-democrata manifesta igualmente preocupação com o anúncio de leilões para centrais solares com tarifas fixas garantidas. “Isto como todos sabem dá origem a custos que têm de ser suportados pelo próprio consumidor. Já é tempo de podermos promover as energias renováveis sem qualquer tipo de custos adicionais para o consumidor. Neste momento temos uma maturidade tecnológica que permite viabilizar este investimento funcionando apenas com o mercado”, disse.

Salvador Malheiro frisa que o Governo deveria ter iniciado há anos um plano realista e não o que foi agora apresentado “de forma apressada e num ‘powerpoint’ onde tudo cabe”.

É FAVOR NÃO ESTRAGAR O ALOJAMENTO LOCAL

O PSD enquanto exerceu funções executivas no País procurou enquadrar juridicamente o Alojamento Local, uma atividade diversificada e em certas circunstâncias exercida num cenário de “clandestinidade”, introduzindo um quadro legal, que se revelou um “case study” mundial.

Um dos principais elementos para o sucesso era que a Lei tivesse clara aplicação em todo o território nacional e que funcionasse como um mecanismo simples, pouco burocrático. Assim foi!

Penso que todos reconhecemos o grande contributo que o Alojamento Local deu para a consagração do País como um destino turístico internacional. Poderíamos também falar do excelente contributo que deu para a regeneração, revitalização e recuperação de muitos dos nossos centros históricos, e consequentemente a criação de muitos postos de trabalho.

Podemos recordar facilmente o tempo em que alguns dos nossos centros históricos se encontravam altamente decadentes.

Também é muito fácil lembrar o tempo em que alguns dos nossos centros históricos se encontravam mal iluminados, degradados, sujos e eram altamente inseguros.

Naturalmente recordamos o tempo em que alguns dos

nossos centros históricos quase não atraíam novos residentes, nem turistas. Era assim!

Muito do comércio local, situado nos bairros históricos das cidades, e não só, beneficiaram claramente do grande incremento do Alojamento Local.

Tudo isto mudou, mudou muito com o contributo do Alojamento Local.

Face à experiência resultante da aplicação da legislação do Alojamento Local, e da alteração da realidade daí decorrente, facilmente se reconhece a necessidade de introduzir ajustes cirúrgicos.

O caminho recentemente seguido por este Governo e pela maioria de esquerda da Assembleia da República, de excesso de burocratização do processo, de forte limitação ao exercício da atividade, de fomento da instabilidade do setor, são elementos pouco atrativos para quem quer desenvolver este tipo de atividade.

Note-se que quem mais beneficia são as famílias e as que procuram este tipo de alojamento para fazer turismo.

É verdade que devem ser tomadas algumas medidas importantes neste setor, nomeadamente permitir que a atividade apresente mais garantias de segurança, quer para o titular da exploração, quer para o turista quer para terceiros que possam ser afetados pelo seu exercício.



Para finalizar, o PSD tem ido ao encontro da grande maioria das preocupações manifestadas pelos empresários do alojamento local, na qual refletem o estado de alma de um setor que muito tem contribuído para a recuperação do País.

António Costa da Silva

Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

PRIORIDADE É GARANTIR A SEGURANÇA DA COMUNIDADE

O PSD defende que Portugal deve concertar uma posição comum com a União Europeia (UE) sobre a Venezuela e que esta deve ir no sentido de reconhecer o presidente interino, Juan Guaidó. “O PSD entende que a posição de Portugal deve ser uma posição concertada com a União Europeia e esta posição comum deve ir no sentido de reconhecer o presidente interino, Juan Guaidó, até à realização de eleições livres na Venezuela”, afirmou Tiago Moreira de Sá.

O presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD considera que “a prioridade cimeira” de Portugal deve ser garantir a segurança da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela.

Tiago Moreira de Sá assinala que “a situação da Venezuela não pode continuar como está; é preciso que a comunidade internacional tome uma posição”. O coordenador para Relações Externas do Conselho Estratégico Nacional lembra que “há vários anos que se vive um drama humanitário no país, com mais de 3 milhões de pessoas a fugirem do país”.

O professor universitário sublinha que “o facto de haver uma posição em nome da União Europeia é muito importante”, pelo que “Portugal deve alinhar com essa posição de repor a normalidade democrática”.



O PSD entregou esta quinta-feira, no Parlamento, um voto de condenação e pesar pela morte de manifestantes na Venezuela, no qual pede que se garanta a segurança da comunidade portuguesa e lusodescendente e a realização de eleições livres. “Salienta-se que reside na Venezuela a segunda maior comunida-

de portuguesa e lusodescendente na América Latina, que ultrapassa as 400 mil pessoas. Portugal tem que fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir o seu bem-estar e a sua segurança”, expressam os deputados social-democratas.

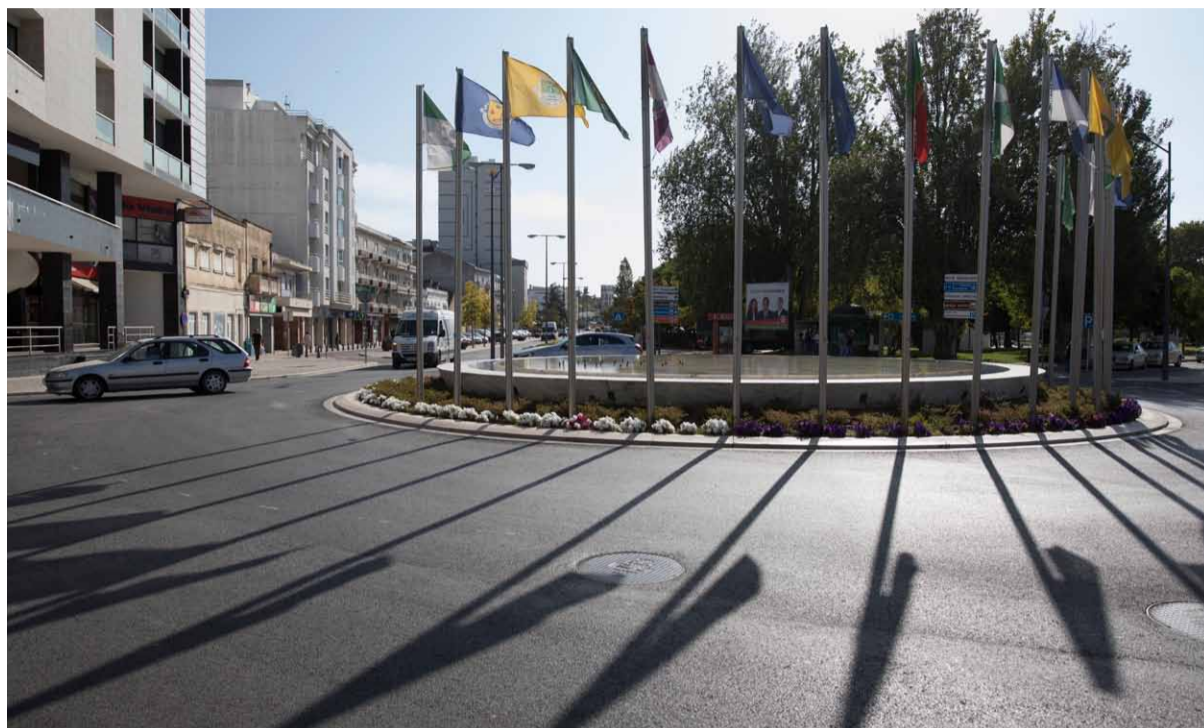
RIO MAIOR REJEITA NOVAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS

A Assembleia Municipal de Rio Maior aprovou, dia 28, a rejeição de novas competências da administração central para o município, aceitando apenas que fiquem na comunidade intermunicipal a gestão de fundos europeus e captação de investimento e a promoção turística. A presidente da Câmara de Rio Maior, distrito de Santarém, Isaura Morais (eleita pela coligação PSD/CDS-PP), afirmou que, depois de ouvir os esclarecimentos do secretário de Estado das Autarquias Locais, na passada sexta-feira, num seminário que reuniu os autarcas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), tem agora “mais informação” e poderá vir a aceitar algumas competências quando sair nova legislação.

Frisando que a calendarização das reuniões visou respeitar os prazos determinados para a comunicação da decisão dos municípios, nalguns casos (como as praias fluviais e os jogos de fortuna e azar) já na próxima quinta-feira, Isaura Morais afirmou que a decisão de rejeição foi tomada tendo em consideração “não só a questão financeira” mas também o mapa de pessoal, já que algumas competências implicam a afetação de pessoas.

Adepta confessa da descentralização, a autarca afirmou não ter qualquer dúvida de que a passagem de competências para os municípios deixa as populações “mais bem servidas” e permite, pela proximidade às pessoas, tomar melhores decisões e com mais eficiência.

Uma das competências que o município poderá vir a aceitar quando sair o próximo pacote de competências a descentralizar poderá ser a gestão do património imobiliário público sem utilização, dada a existência, numa entrada da cidade, de um edifício devoluto,



do antigo Instituto da Vinha e do Vinho, para o qual vai pedir um estudo prévio para sustentar a decisão que for tomada.

No âmbito da descentralização, foram aprovados 21 diplomas setoriais, dos quais apenas 11 decretos estão publicados nos domínios das praias, jogos de fortuna ou azar, promoção turística, vias de comunicação, justiça, fundos europeus e captação de in-

vestimento, bombeiros voluntários, atendimento ao cidadão, habitação, património e estacionamento público. As autarquias e entidades intermunicipais que não quiserem assumir em 2019 as competências dos decretos setoriais publicados terão de o comunicar entre 31 de janeiro e 02 de fevereiro – consoante a data da publicação –, após decisão dos respetivos órgãos deliberativos.

PRIMEIRO PLENÁRIO DO PSD/MAIA



Decorreu em Milheirós, no passado dia 24 de janeiro, o primeiro Plenário da Secção da Maia do Partido Social Democrata de 2019. O local escolhido foi mais uma vez em função da estratégia da Secção em descentralizar os seus eventos e desta forma aproximá-los de todas as freguesias do Concelho.

O presidente da Comissão Política, Hernâni Ribeiro, fez um resumo da atividade da secção referente aos últimos meses, destacando o forte empenho na realização de atividades por parte de todas as estruturas concelhias, bem como realçou a criação de mais um núcleo residencial, o de Nogueira e Silva Escura, bem como o início das reuniões descentralizadas de Comissão Política com os militantes e autarcas das freguesias, que decorrem com uma “análise SWOT” de cada uma das unidades territoriais e permitem a realização de um diagnóstico das mesmas para assim se prepararem os embates futuros.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi apresentado e aprovado por unanimidade e aclamação o Orçamento para 2019.

Finalmente, no ponto de análise da situação política foi dada a palavra aos presentes que puderam dar a sua opinião sobre o atual estado do partido e do país, saindo deste encontro um clima de unidade em torno do partido, na certeza de ser o caminho a ser trilhado para que o PSD possa ter bons resultados eleitorais ao longo deste ano.

REQUALIFICAÇÃO DO TERRENO DA ETAR DE PAREDES DEVE POTENCIAR PATRIMÓNIO NATURAL DA CIDADE



Na última reunião de Câmara, o presidente da Câmara de Paredes anunciou que pretende requalificar o terreno da ETAR de Paredes, construindo um parque de estacionamento na sua área total, de mais de 5 mil metros quadrados, uma decisão que para o PSD/Paredes considera “precipitada”.

“Foi o PSD que, em 2014, resolveu o problema da ETAR, que, durante mais de vinte anos, prejudicou a vida dos paredenses. Por isso, para não se repetirem os erros do passado, defendemos o debate em torno da questão, de modo a assegurar a qualidade de vida no futuro”, alertou o PSD/Paredes em comunicado.

O PSD/Paredes defende que o local possa acolher outros equipamentos. “É essencial valorizar e preservar o património natural. O rio Sousa, ali mesmo ao lado, em harmonia com o Parque da Cidade, é o local ideal para outros projetos, como um parque radical e uma zona de pesca desportiva, ideias que, aliás, já lançamos no passado. Estes espaços, à entrada da cidade, são essenciais para o crescimento do turismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento local”, acrescentam os social-democratas.

Câmara quer um parque de estacionamento, mas Junta de Freguesia de Paredes anunciou estaleiro

O PSD/Paredes lamenta que o presidente da autarquia falte à palavra no compromisso assumido com o presidente da Junta de Freguesia. “Será que no local vai nascer um parque de estacionamento? É que, a crer nas palavras do presidente da Junta de Freguesia de Paredes, Artur Silva, na última assembleia de freguesia, no local da ETAR nascerá um estaleiro de apoio à Junta. No plano plurianual consta mesmo uma verba de 12 mil euros para o futuro estaleiro da Junta. Segundo Artur Silva, os terrenos foram cedidos à Junta de Freguesia. Terá Alexandre Almeida falhado com a sua palavra para com o presidente da Junta? Tudo indica que sim. É importante esclarecer toda esta situação, que mostra que o presidente da Câmara não se entende com os presidentes das juntas, até mesmo com os do seu partido”, conclui o PSD/Paredes.

PLANO ELEITORAL DE INVESTIMENTOS

O Governo do PS e das esquerdas está em funções há cerca de três anos e meio. Cumpriu já quase 90% do seu mandato e foi raro lembrar-se do investimento público, que está nos níveis mais baixos das últimas décadas. Neste domínio, foi incapaz e teve uma prestação medíocre. Desinvestiu e apenas se preocupou em “financiar” as cativações que desgraçaram os serviços públicos e deixaram na falência o sentimento de confiança e de segurança que o Estado deve assegurar aos seus cidadãos. Foi sempre assim desde que o poder lhe caiu no regaço com o ‘golpe de asa parlamentar’ de 2015.

Eis senão quando, chega 2019, ano de triplas providenciais eleições. Tudo na mesma, menos o logro e o embuste. Quem sai aos seus não degenera. Em 2009, o Governo socialista de então prometeu tudo a todos. Dois anos depois, estava de cócoras a pedir ajuda externa para pagar tudo, até os salários dos seus servidores. Agora, já sem memória, promete o mesmo, mas para mais tarde, numa indecorosa transferência de ónus e responsabilidades para outros a troco de benefícios próprios. Vem isto a propósito do recentemente aprovado Plano Nacional de investimentos em mobilidade, transportes, ambiente e energia que esta semana vai a debate na Assembleia da República. Regressou em força a velha tática de que quando não há dinheiro nem obras, anunciam-se projetos e, assim, enganam-se eleitores. É muito mais barato e pode dar votos em barda, mesmo num povo descrente e saturado de “chico-espertices” deste calibre. Sem nada para nos dar no presente, o Dr. Costa decidiu convencer-nos que Portugal vai investir quase 20 mil milhões de euros em infraestruturas entre 2020 e 2030.

Desenganam-se, pois não se trata de nenhum desígnio nacional. Trata-se de um desígnio eleitoral, pouco mais que pura banha da cobra. A melhor prova disso mesmo é que do atual Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas desenhado pelo anterior Governo para vigorar entre 2014 e 2020, só ainda estão executados cerca de 20% dos investimentos previstos. Se os próximos Governos, sejam eles quais forem, se comportarem como este, incumprindo com planos aprovados pelos anteriores, a pretexto de qualquer arrefecimento económico que até já está à espreita, está mesmo a ver-se que o tempo deste manifesto eleitoral socialista (é disso que se trata) foi muito mal gasto. Aliás, não passa de uma inconfessável batota propagandear-se investimentos sem que simultaneamente eles se calendarizem e priorizem no tempo.

Se o Governo não tem a coragem de esclarecer em que momento quer fazer, o que quer fazer e quanto quer gastar anualmente em cada projeto, vai poder chegar a 2029 sem investir num tijolo e, ainda assim, ter o despudor de argumentar que as suas promessas só podem ser aferidas em 2030, ano do tempo do prazo previsto. Mais triste ainda é verificar que este dito Plano tem apenas como fito ‘pisar os olhos aos territórios’ onde existem votos em massa, os grandes centros e o litoral. Não interessa que sejam apenas anúncios de pólvora seca. Interessa é criar a ilusão de um país pujante ao maior número de pessoas, inclusive a muitas que daqui a 11 anos já cá não estarão para testemunhar e para julgar. Neste sonho socialista, há distritos do Interior que praticamente desaparecem do mapa dos investimentos, como é o caso do meu, o da Guarda. Por razões insondáveis,



até a requalificação da Linha de comboios da Beira Alta, que começa em Aveiro, acaba em Mangualde, como que se o país não tivesse a sua fronteira em Vilar Formoso e quisesse ligar-se a Espanha! De nacional, este Plano não tem nada, a não ser um nome e um objetivo que devia fazer corar de vergonha os seus autores. É por isso que, em nome da verdade, todos devemos chamar-lhe “Plano Eleitoral de Investimentos”.

Carlos Peixoto

Presidente da Comissão Política Distrital do PSD da Guarda

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

PSD QUER RADARES METEOROLÓGICOS EM SÃO MIGUEL E NA TERCEIRA

A deputada do PSD Berta Cabral pede a instalação de radares meteorológicos nas ilhas de São Miguel e da Terceira, considerando que, sem estes, “está em causa a segurança das populações”. “A questão dos radares meteorológicos é recorrente, mas muito urgente para o serviço prestado pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Está em causa a segurança das populações”, disse a social-democrata, citada em nota de imprensa do PSD/Açores.

Berta Cabral, deputada pelos Açores na Assembleia da República, visitou, dia 28, em Ponta Delgada a delegação regional dos Açores do IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera).

A parlamentar salientou que “não há quaisquer verbas” inscritas no Orçamento do Estado deste ano para a instalação de radares meteorológicos, “existindo apenas uma norma genérica” sobre o assunto.

“No caso do radar meteorológico da ilha Terceira há alguns problemas com o concurso público. Na ilha de São Miguel o processo está ainda mais atrasado, porque estão questões por resolver relacionadas com a presença de antenas de comunicações na Serra da Barrosa”, realçou ainda.

A deputada açoriana acrescentou que o PSD vai continuar a exigir explicações ao Governo sobre a instalação de radares meteorológicos na Terceira e São Miguel e a “colocar o assunto na agenda” partidária.



PSD SOLICITA DOCUMENTAÇÃO SOBRE IMPACTO AMBIENTAL DE INFRAESTRUTURA NA CALDEIRA VELHA



O PSD/Açores solicitou ao Governo Regional toda a documentação sobre os impactos ambientais da construção do parque de estacionamento da Caldeira Velha, alegando que este tipo de obra está legalmente sujeito a uma “avaliação de incidências ambientais”. “No Monumento Natural da Caldeira Velha estão interditos vários atos e atividades, bem como estão condicionados e sujeitos a parecer prévio do serviço com competência em matéria de ambiente outros atos e atividades, nomeadamente a abertura de novos locais de estacionamento”, afirmou a deputada Catarina Chamacame Furtado.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, a parlamentar do PSD/Açores salientou que, de acordo com a legislação regional, a empreitada de construção do parque de estacionamento da Caldeira Velha, cujo concurso público foi aberto recentemente, “deve ser objeto de avaliação de incidências ambientais no que se refere aos objetivos de conservação da referida área”.

Segundo Catarina Chamacame Furtado, a avaliação de incidências ambientais “segue a forma do procedimento de avaliação de impacto ambiental” sempre que uma obra possa “afetar, direta ou indiretamente, de forma significativa a biodiversidade ou favorecer a introdução de espécies exóticas”, bem como afetar “o escoamento superficial ou a qualidade das águas superficiais ou subterrâneas”.

“A avaliação de incidências ambientais deve constar da fundamentação da decisão sobre as ações, planos ou projetos, sendo precedida, sempre que necessário, de consulta pública”, explicou.

Tendo em conta a legislação regional, além do “elevado valor estético” e a “marcante singularidade geológica” do Monumento Natural da Caldeira Velha, a deputada social-democrata solicitou ao Governo Regional cópias do parecer prévio do serviço com competência em matéria de ambiente e da avaliação de incidências ambientais do projeto de construção do parque de estacionamento.

POVO LIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povoivre@psd.pt

Aí está a campanha eleitoral



Rumo à vitória

“Não estou a pedir nada para mim, não estou a pedir nada para o meu Partido. Eu estou a explicar ao País que pode ficar condenado a uma posição irrelevante no contexto europeu”

“O que seria se o PSD tivesse maioria relativa, não houvesse maioria na Assembleia da República e o Primeiro-Ministro da República tivesse que chamar o líder derrotado para formar Governo”

“Reestruturação profunda do ICEP e criação de uma “holding ou sub-holding que estabeleça parcerias com o sector privado”

“Indispensável o reforço da posição portuguesa nas próximas negociações da Política Agrícola Comum com os Países Baixos”

“Um Governo de maioria terá força para resistir às pressões, venham elas de onde vierem”

“O desenvolvimento do País mede-se pelo carinho dado a crianças, idosos e deficientes e não pelo número de automóveis”

“É necessária uma votação maciça, uma concentração de votos na única força política que coloca a prioridade no interesse nacional e no interesse dos mais fracos”

Durão Barroso

Edição n.º 1271 do “Povo Livre” | de 06 de março de 2002.

“Aí está a campanha eleitoral: Rumo à vitória”. A caravana do PSD animava as estradas de Portugal, levando a mensagem e as propostas do Partido a todos os distritos do País. Estava no terreno a campanha eleitoral das legislativas de 17 de março de 2002”.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, nomeadamente do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Coimbra, dotados de capacidade eleitoral ativa na respetiva Secção de inscrição em que militem, para reunirem no próximo dia 9 de março (sábado) de 2019, pelas 14h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS.

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Comissão Política Distrital;
- c) Conselho de Jurisdição Distrital;
- d) Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
- e) Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas:

- As listas de candidatura para os órgãos Distritais deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, em Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- As urnas estarão abertas em cada uma das secções adiante referidas, entre as 14h00 e as 20h00.

- Os locais de voto das diversas Secções são os seguintes:
Arganil – Sede do PSD local, sita, Largo Padre Manuel Vasconcelos;

Cantanhede – Sede do PSD local, sita Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio, 2º - sala 11;

Coimbra – Sede do PSD local, sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, 16;

Condeixa-a-Nova – Urb. Nova Conimbriga, It B19, r/c Condeixa-a-Velha;

Figueira da Foz – Sede do PSD Local sita na Rua Liberdade, nº 6;

Góis – Sede do PSD local sita na Rua Irmãos Bandeira, nº 3;

Lousã – Sede do PSD, Rua Dr. Pires de Carvalho, s/n, na Lousã;

Mira – Sede do PSD Local sita na Av. 25 de Abril, Galerias de Mira;

Miranda do Corvo – Sede do PSD local sita na Rua Belizário Pimenta;

Montemor-o-Velho – Sede da Associação Filarmónica, 25 de setembro, sita na Rua Dr. José Galvão;

Oliveira do Hospital – Sede do SPD Local sita na Rua António Canastrinha, nº 1 – B;

Pampilhosa da Serra – Sede do PSD local sita na Estradas dos Lobatos, s/n;

Penacova – Sede do PSD local sita no Edifício Penedo Raso, r/c;

Penela – Rua do Sol, 20 Penela;

Soure – Rua Morais Pinto, nº 6, 2º andar, Soure;

Tábua – Sede do PSD local sita na Rua Dr. Castanheira Figueiredo;

Vila Nova de Poiares – Sede do PSD local, sita na Avenida Carvalho Coelho

SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se uma reunião ordinária da Assembleia de Secção dos militantes inscritos na Secção de Alcochete, para

uma reunião no próximo dia 9 de fevereiro (sábado) de 2019, às 15h00, na Sede da Secção, sita na Rua do Paço nº 8, Alcochete, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação das Contas da Secção referentes ao ano 2018.

ÉVORA

Ao abrigo do disposto dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 11 de fevereiro (segunda-feira) de 2019, pelas 21h00, na Sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações gerais;
2. Aprovação de contas do exercício de 2018;
3. Orçamento e plano de atividades de 2019;
4. Análise da situação política.

OVAR

Ao abrigo dos termos do art.º 53º, dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a assembleia da Secção do PSD Ovar, para reunir no dia 9 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 15h00, na Sede do Partido Social Democrata, sita na Rua Ferreira de Castro nº 84, 1º Esq – Ovar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2018 da Secção;
2. Análise da situação Política local e nacional;
3. Outros assuntos

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir de forma extraordinária no próximo dia 1 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h30, na Sede do Partido Social Democrata de Ponte da Barca, sita na Rua Dr. Joaquim Moreira de Barros, nº 4, Vila de Ponte da Barca, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Análise da Situação Política Local.

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes desta Secção para reunirem no dia 23 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 21h00, no Auditório do Hotel do Parque, nas Termas de São Pedro do Sul, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do relatório de contas da CPS do ano 2018;
3. Plano de atividades e orçamento para 2019;
4. Análise da situação Política

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos, do PSD convocam-se os militantes da Secção de Sesimbra, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 15 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h00, na sede do PSD, Rua da República nº 20-1º Esq.- Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação e aprovação das contas referentes ao exercício de 2018;
3. Apresentação e aprovação do Orçamento para o ano de 2019

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 23 de fevereiro (sábado) de 2019, pelas 20h30, na Sede, sita na Rua Casal, 27 1º Dto, Sever do Vouga, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação de contas;

2. Análise da situação político partidária;
3. Outros assuntos.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se uma reunião ordinária da Assembleia de Secção de Viana do Castelo, a realizar no próximo dia 8 de fevereiro de 2019, pelas 21h00, na sede local do PSD, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, nº 46 – Viana do Castelo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ordem te Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação das contas relativas ao ano de 2018 da CPS de Viana do Castelo;
3. Planificação de atividades da CPS para 2019;
4. Análise da situação política.

Nota: Se à hora marcada não existir quórum, fica desde a mesma reunião convocada para a meia hora depois, ou seja às 21h30.

NÚCLEOS

BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Bairro, para reunir no próximo dia 9 de março (sábado) de 2019, pelas 14h00, na Sede do Núcleo do PSD de Bairro, sita na Av. Padre Manuel Salazar P Silva, nº 90, Bairro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único-Eleição da Comissão Política do Núcleo de Bairro.

Notas:

1. As urnas estarão abertas das 14h00 às 18h00;
2. As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção de Famalicão, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo do art.º 62º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo do Centro Histórico do Porto, para reunir, no próximo de 15 de fevereiro (sexta-feira) de 2019, pelas 21h00, na sede sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº 50, Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise dos dados da União de Freguesias;
3. Apresentação de moções temáticas;
4. Análise da situação política.

Nota:

Se à hora marcada não estiver presente o número de militantes necessários para nos termos estatutários, preencher o quórum, a Assembleia de Núcleo realizar-se-á, no mesmo local, trinta minutos depois, com qualquer número de presentes.

FÁTIMA

Ao abrigo do disposto no n3º do art.º 76º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD do Núcleo de Fátima, para reunir no dia 2 de março (sábado) de 2019, pelas 17h00, na Sede de Secção local, sita na Rua 13 de Maio nº 83, 1º Esq., Fátima, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo de Fátima.

Notas:

1. As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Comissão Política da Secção de Ourém ou a quem estatutariamente o substitua, na sede local, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.
2. No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.
3. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 21h00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jsd.pt

CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 7 de Fevereiro (quinta-feira), às 21h, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, sito na Avenida José Estevão, 494, 3830-556 Gafanha da Nazaré – Ílhavo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política.

CONSELHO DISTRITAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD/
BRAGANÇA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, serve o presente para convocar reunião extraordinária do Conselho Distrital da JSD de Bragança, a ter lugar no dia 10 de Fevereiro de 2019, Domingo, pelas 18h30m, na Sede Concelhia do PSD de Vinhais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço da actividade da CPD;
- 3 – Aprovação das contas de 2018;
- 4 – Análise, discussão e aprovação do Orçamento e do Plano de Atividades para 2019;
- 5 – Análise da situação política local e nacional;
- 6 – Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Portalegre, para reunir no próximo dia 9 de Fevereiro de 2019 (sábado), pelas 17 horas, na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 17. 7300 - 097 PORTALEGRE, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Aprovação do calendário eleitoral e regulamento ao IV Congresso Distrital (mandato 2019-2021).

II CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE VILA REAL

Ao abrigo dos estatutos da JSD e dos restantes regulamentos aplicáveis, venho por este meio convocar o II Conselho Distrital da JSD de Vila Real para o mandato 2018/2020 a realizar-se dia 16 de Fevereiro, pelas 16.00 horas, na Sede do PSD de Chaves, sito na Avenida Tenente Valadim, 5400-558, Chaves, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política distrital;
- 3 – Outros assuntos.

AMARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Amares, para o Plenário a realizar no próximo dia 2 de Março de 2019 (sábado), pelas 15 horas, na Sede Concelhia do PSD Amares, sito na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, em Ferreiros, Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário

Concelhia da JSD.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD Amares ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede Concelhia do PSD Amares, sito na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 15h00m até às 17 horas.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário desta Concelhia, para se reunir no próximo dia 1 de Março de 2019, (sexta-feira), pelas 20h30m, na Sede do PSD Aveiro, situada na Av. Dr.

Lourenço Peixinho, n.º 170 – 1.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação político-partidária;
- 2 – Outros assuntos.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 08 de Fevereiro de 2019, pelas 21h30m, na Casa da Cultura, sito na Travessa do Calvário, nº37, 4525-308, Gião – Santa Maria da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Outros assuntos.

SECÇÃO LABORAL DOS BANCÁRIOS/Distrital TSD Porto
DIA 7 de MARÇO 2019

Nos termos dos artigos 52º a 54º dos Estatutos dos TSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos/as os/as militantes bancários/as dos TSD do Distrito do Porto, para a eleição da Secção Laboral dos Bancários/Distrital TSD Porto, que se realizará no dia 7 de Março, das 16h00 às 20h00, com mesa de voto a funcionar no local abaixo indicado.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único Eleição da Secção Laboral dos Bancários/Distrital TSD Porto

MESA DE VOTO	DIA DA ELEIÇÃO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS URNAS	LOCALIZAÇÃO
PORTO	7 de Março 2019	16h00 às 20h00	Sede: Distrital TSD Porto Rua Guerra Junqueiro, nº64 4150 - 386 Porto

Nota:

De acordo com o Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 17h00 do 5º dia útil anterior à data da eleição.



CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Parecer do Conselho de Jurisdição Nacional n.º 2/2018

Processo n.º (sem n.º)

Espécie: Parecer

Data do Parecer: 20/12/2018

No dia 19 de Novembro de 2018, foi recebido um pedido de parecer sobre a i) a possibilidade de inclusão dos militantes suspensos nas listagens e cadernos eleitorais com início a partir de 01 de janeiro de 2019; e ii) a possibilidade de inclusão dos militantes com morada desconhecida nas listagens e cadernos eleitorais com início a partir de 01 de janeiro de 2019.

Cabe ao Conselho de Jurisdição Nacional («CJN»), nos termos do disposto no artigo 49.º, alínea e), dos EJSD, «emitir pareceres vinculativos sobre a interpretação dos Estatutos e Regulamentos de órgãos nacionais e integração de lacunas» o que faz, reunido em plenário no dia 20/12/2018, sendo o seu parecer o seguinte:

Do Enquadramento

- Foi emitido, em 2014, pelo anterior Secretário-Geral do PSD, um despacho que criou um regime de exceção para o PSD quanto à «suspensão» dos militantes em caso de não pagamento de quotas;
- Em Agosto de 2018 esse despacho foi revogado, passando a ser aplicada a regra prevista no artigo 9.º, n.º 6, dos Estatutos do PSD, ou seja, passam à condição de suspensos os militantes que, durante o período de 2 anos, não satisfaçam a obrigação de pagamento de quotas;

- A partir do dia 27/11/2018, por determinação da Secretária-Geral da JSD, a JSD passou a aplicar no seu funcionamento o artigo 9.º, n.º 6, dos Estatutos do PSD, inaplicável até então.

Do Direito

A análise da questão submetida à apreciação deste Conselho exige os seguintes esclarecimentos:

i) **A JSD é uma entidade autónoma face ao PSD** – Determina o artigo 4.º, n.º 2, dos EJSJ, que *«[a] JSD goza de autonomia de organização e funcionamento, sem prejuízo das formas de ligação orgânica a todos os níveis, nos termos consagrados nos presentes Estatutos e nos do PSD»*. Assim, a *autonomia de organização e funcionamento* abrange, necessariamente, a autonomia estatutária e regulamentar.

ii) **Os Estatutos da JSD preveem duas categorias de militantes: menores e maiores, sendo a segunda também regulada pelos Estatutos e Regulamentos do PSD** – Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 1, dos EJSJ, *«[a] inscrição, admissão, aquisição da qualidade e antiguidade dos Militantes Maiores regula-se de acordo com os Estatutos e Regulamentos do PSD»*. Já o artigo 12.º, n.º 2, dos EJSJ, *«As vicissitudes que afectem a qualidade de militante do PSD afectam imediata e automaticamente a qualidade de Militante Maior da JSD»*. Assim, os Estatutos e Regulamentos do PSD, regulam a inscrição, admissão, aquisição da qualidade e antiguidade dos militantes maiores da JSD (também militantes do PSD), sendo a sua qualidade afectada por vicissitudes que afectem a qualidade de militante do PSD.

iii) **O pagamento de quotas não é condição da qual dependa a capacidade eleitoral, activa ou passiva, nas eleições da JSD** – Ao contrário do que acontece no PSD, onde *«O exercício dos direitos de eleger e de ser eleito depende do pagamento atualizado das quotas, nos termos de Regulamento aprovado pela Comissão Política Nacional.»* (artigo 6.º, n.º 3, dos EPSJ), na JSD não existe semelhante condição, prevendo artigo 14.º, n.º 1, dos EJSJ, que *«[a] qualquer militante será considerado para efeitos eleitorais, referendo interno, rateio de delegados ao Congresso Nacional ou de determinação do número de representantes das circunscrições a que pertence, a partir*

do momento em que a sua inscrição conste nos ficheiros nacionais da JSD». Assim, o disposto no artigo 9.º, n.º 6, dos Estatutos do PSD, que determina que «é suspensa a inscrição no Partido dos militantes que deixem de satisfazer o pagamento das quotas por período superior a dois anos», não é aplicável à JSD.

Por tudo quanto se disse, **conclui-se que os militantes inscritos na JSD, maiores ou menores, independentemente do pagamento de quotas, devem constar dos cadernos eleitorais.** Entendimento que não é aplicável aos militantes com morada desconhecida, pois, neste caso, a ausência de regulação especial da JSD encaminha-nos para aplicação do artigo 5.º, n.º 4, do Regulamento de Quotizações do PSD.

Apesar do entendimento (jurídico) adotado em cima, este Conselho não se coíbe de deixar o seguinte alerta que deverá ser alvo de reflexão futura: manter o entendimento (político) de que todos os militantes possam ter capacidade eleitoral activa e passiva, independentemente do pagamento de quotas, durante o tempo de militância na JSD (dos 14 aos 30 anos), permite que constem das listagens militantes sem qualquer actividade política, o que, para além de legitimar o *fenómeno da militância meramente formal* (que devia ser combatido e não incentivado), pode *gerar também problemas graves na representatividade e no funcionamento da estrutura*, podendo deixar de existir, em certos casos, um número suficiente de militantes activos para exercer as funções referentes aos cargos criados ao abrigo das regras de rateio.

O entendimento expresso no presente parecer é aplicável a partir da sua publicação.

Este é, salvo melhor opinião, o nosso parecer.

Notifique-se.

O Conselho de Jurisdição Nacional

